

O ministro Bresser Pereira diz na reunião do Comitê Interino do FMI que, mais do que as nações em desenvolvimento, são os países industrializados que devem ajustar profundamente sua economia.

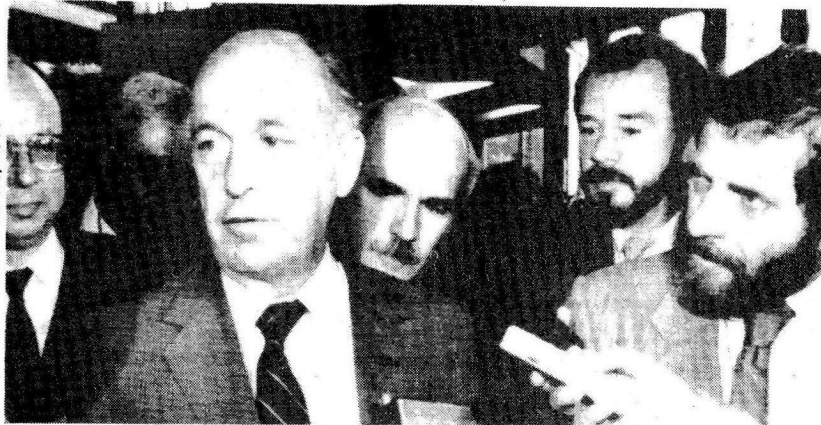
O Brasil, "desapontado" com os ricos.

O ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, voltou a insistir ontem nas teses não-convencionais na busca de uma solução para a dívida externa do Terceiro Mundo, durante duas palestras que proferiu perante o Comitê Interno da 42ª Reunião Conjunta do FMI-BIRD (Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial), em Washington. Bresser definiu o atual quadro econômico como "deslocador", considerando como "desapontadoras as expectativas da economia internacional para 1987 e 1988.

Após pregar a necessidade de acordos entre credores e devedores que limitem as taxas de juros da dívida externa aos níveis do início dos anos 60 e dos anos 70, quando o débito foi contraído, o ministro voltou a insistir na tese de securitização (troca da dívida por títulos novos, com deságio).

"A redução das taxas de juros, o aumento dos prazos e o estabelecimento de um adequado nível de financiamento para os países devedores permitirá, de um lado, a redução das transferências de recursos para os países credores e, de outro, a redução gradual dos índices de endividamento" — explicou.

Após pregar o envolvimento direto dos países ricos e dos organismos internacionais na montagem de uma solução definitiva para o problema da dívida, disse Bresser ser necessário desenvolver novos instrumentos e mecanismos financeiros. "A securitização da dívida e o estabelecimento de garantias para o pagamento dos títulos por parte de agências oficiais é, provavelmente, o caminho mais promissor. A utilização de **zero-coupon bonds** para dar garantia ao principal dos títulos no final de seu prazo de vencimento é um instrumento que poderá desempenhar importante papel. Do mesmo modo, empréstimos



Bresser, requisitadíssimo para entrevistas.

de agências oficiais com taxas de juros privilegiadas para constituir fundos para compra da dívida são outra alternativa para se obter taxas mais baixas de juros e maiores prazos efetivamente compatíveis com a capacidade de pagamento dos países endividados."

Para o ministro da Fazenda, o ajustamento com crescimento só é possível com financiamento externo adequado. Por isso, ele propõe que os organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o FMI passem a apresentar **cash flow** negativo, ou seja, com os novos desembolsos superando os recebimentos de juros e amortizações de dívidas passadas — o que não vem acontecendo hoje.

Estratégia falida

Bresser Pereira considerou falida a estratégia de tratamento da dívida externa do Terceiro Mundo executada até aqui. "A suposição de que os países industrializados cresceriam vigorosamente revelou-se falsa. Nos últimos quatro anos, com exceção de 1984, o cres-

cimento destes países foi pouco animador. As projeções para 1987 e 1988 continuam desapontadoras. Ademais, a paulatina perda de dinamismo das economias industrializadas e os subsídios concedidos por muitos destes países ao setor agrícola provocaram acentuada queda no preço das **commodities** exportadas pelos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, estes países defrontaram-se com um protecionismo crescente, alimentado parcialmente pelo baixo dinamismo e pelo alto índice de desemprego nas economias industrializadas."

Segundo o ministro da Fazenda brasileiro, os empréstimos externos líquidos totais concedidos aos 15 maiores países devedores caíram de US\$ 49,5 bilhões anuais em média no período 1979/82 para apenas US\$ 7,4 bilhões anuais nos últimos dois anos. Do mesmo modo, de 1981 a 1986, os 15 maiores países devedores tiveram que reduzir o volume de suas importações em 35,7%, registrando queda de 24,8% para 18% do PIB (Produto Interno Bruto) nos níveis de investimento.

Isto comprometeu gravemente o potencial de crescimento futuro dos países devedores e, paradoxalmente, a própria capacidade de pagar a dívida.

No entendimento do ministro da Fazenda, "mais do que os países em desenvolvimento, são os países industrializados que necessitam realizar atualmente profundos ajustamentos em suas economias".

"Os governos dos países industrializados concordam, há algum tempo, com as necessidades de proceder a ajustamentos nos seus desequilíbrios fiscais e comerciais, como concordam com a necessidade de reduzir o protecionismo. Hesitam, no entanto, perigosamente em implementá-los. As ações neste sentido têm-se limitado, até agora, ao campo das intenções. E a gravidade dos desequilíbrios e o impasse que representam para a superação da crise da dívida externa exigem medidas concretas" — afirmou Bresser Pereira.

"Desde a eclosão da crise da dívida — prosseguiu Bresser — sabe-se que um dos pré-requisitos para sua superação gradual era o crescimento vigoroso e sustentado da demanda externa. No entanto, o que se viu nos últimos anos, com exceção de 1984, foi exatamente o oposto. A desaceleração das economias industrializadas limitou o mercado externo para as exportações dos países em desenvolvimento, agravou o protecionismo e depriu os termos de intercâmbio."

Para o ministro da Fazenda, o que está em jogo hoje não é apenas uma solução duradoura para a dívida externa dos países em desenvolvimento, mas a própria estabilidade internacional. "É urgente que todos os países assumam suas responsabilidades dentro dos princípios que regem a cooperação internacional" — assinalou.

Quatro barreiras à reaproximação com a comunidade financeira

A 42ª Assembléia Anual do FMI-BIRD, que será aberta oficialmente amanhã no Hotel Sheraton/Washington, voltará a ter no Brasil o país central em discussão. O clima era frio para a delegação brasileira, como se verificou, por exemplo, em encontro mantido sábado entre o ministro Bresser Pereira e o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, porém alterou-se após a reunião do comitê interino do FMI, segundo relato do ministro da Fazenda (ver matéria na página anterior), e isto confirma não estarmos, de fato, na contramão. Em parte, as questões das dívidas persiste por período tão longo, desde 1982 — com a moratória mexicana —, que os quadros do FMI já entenderam claramente que não bastam políticas de ajuste, em geral recessivas. São necessárias mudanças no tratamento das dívidas. Alterações no comportamento dos credores, entre os quais os bancos comerciais. E, principalmente, admitir que, sem crescimento econômico, a capacidade dos países devedores de pagar seus compromissos vai-se reduzindo.

O temário dos encontros que precedem a reunião formal contempla, assim, questões diretamente relacionadas com um novo tratamento das dívidas, como propõe o Brasil. Ou ainda temas inter-relacionados, caso do peso específico das políticas econômicas e industriais dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento.

Ao apresentarem sexta-feira, 25, sua proposta aos bancos comerciais privados, os negociadores brasileiros aproximam-se da temática em discussão na reunião do FMI-BIRD, com o acréscimo da intenção de Brasília de reintegrar-se na comunidade financeira internacional. Transformação de parte da di-

vida em bônus, conversão de empréstimos em capital, novos esquemas de capitalização dos juros — essas questões definem os grandes eixos de ligação entre a proposta brasileira e a agenda do encontro de Washington.

Essas questões, aliás, foram destacadas em encontros mantidos no final da semana passada entre quadros do FMI e do Banco Mundial com a imprensa latino-americana. Nesses seminários — conduzidos por quadros qualificados e dos quais participaram, por exemplo, o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, S. Shaid Husain, especializado em questões brasileiras desde 64, tendo dirigido a Divisão Brasil do Bird a partir de 79 —, enfatizou-se ainda a reafirmação do secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker III, cujas propostas de aumento dos recursos, inclusive bancários, para os países em desenvolvimento, tornaram-se a questão mais importante debatida em 85, em Seul.

A mudança no tratamento das dívidas dominará, portanto, a 42ª Assembléia do FMI-BIRD. Embora pareça faltar um elemento de força que leve os bancos, explicitamente, a reconhecer que também eles se equivocaram ao conceder créditos exagerados aos países em desenvolvimento, no passado. E que, hoje, não haverá como escapar dos mecanismos não-convencionais, ou de propostas heterodoxas, que ajudarão a formar aquilo que aqui se designa por "elenco de alternativas", para renegociar as dívidas.

"Espero que possamos explorar mais isto nas reuniões", disse aos jornalistas Alexander Shalow, diretor do Departamento de Planejamento Estratégico do Banco Mundial. E referiu-se, no tocante ao novo elenco de renegociação, a

mecanismos de conversão de dívida em capital.

Uma questão relevante é saber até que ponto o Banco Mundial poderia contribuir para que o Brasil possa substituir dívida por bônus junto aos bancos privados. O ideal seria obter um aval do Banco Mundial, o que, provavelmente, asseguraria a viabilidade da proposta, mas os técnicos do Bird relutam a respeito. Mesmo com as limitações quanto ao montante e ao fato de que só opera com o setor privado, a CIF (Corporação Financeira Internacional) admitiu contribuir. Neste momento, a CIF participa de dois programas de aporte de recursos ao mercado acionário brasileiro. Um deles, a ser definido nos próximos dias, envolve o banco Bozzano-Simonsen e pretende destinar US\$ 100 milhões para aplicações, e outro, de quantia idêntica, ocorrerá com a venda das cotas do Fundo Brasil, liderado por The First Boston e tendo como co-participantes a CIF e a Merrill Lynch, uma das maiores corretoras norte-americanas.

Quatro dificuldades

A reaproximação do Brasil da comunidade financeira esbarra, porém, na superação de algumas barreiras difíceis. Uma delas é a recusa em aceitar um entendimento mais profundo com o FMI, organismo do qual o Brasil é um país-membro, que os bancos julgam confiável. Outra é dificuldade dos bancos privados de aceitarem o equívoco de administrações passadas — algumas das quais ainda presentes — acerca da má avaliação de riscos, e daí, a disposição de diminuir suas carteiras de empréstimos a países em desenvolvimento. Em terceiro, os bancos relutam até em capitalizar juros como forma usual para não habituarem

os devedores, como entende David Bock, diretor do Departamento de Operações de Dívida e Serviços Financeiros do Banco Mundial. Em quarto, a desconfiança dos bancos tende a crescer quando o Brasil estabelece uma linha de consultas permanente com o México e a Argentina, como definiram os ministros da Fazenda dos três países em encontro na semana passada, em Nova York.

Lentamente, de qualquer forma, vai-se chegando ao entendimento de que as soluções convencionais não serão suficientes para levantar, de forma consistente, a moratória brasileira e a presunção de insolvência de outros devedores. O próprio Banco Mundial poderá fazer uma distinção entre os vários tipos de devedores. E ao Brasil, México, Argentina e Venezuela tenderá a caber um **status** especial, algo mais a pressionar os bancos privados que, de fato, não podem ser tolerantes ou comportar-se como agências internacionais, já que seus executivos respondem a acionistas privados, e não a países.

A 42ª Assembléia do FMI-BIRD discutirá Brasil e propostas brasileiras.

Com a moratória de fevereiro, o País ainda está em destaque, porém de forma diversa da de 83, quando o acerto foi convencional. Em 82, o destaque foi o México, que voltou a repetir esse papel no ano passado. Em 83, foi a vez da Argentina. Agora, em 87, parece pouco provável que o encontro anual da comunidade financeira internacional vá gerar, como resultado, um acordo nas bases desejadas pelo Brasil — ou ainda, nas bases desejadas pelos bancos.

Fábio Pahim Jr.,
de Washington.